



COMISSÃO PERMANENTE DOS CONSELHOS TUTELARES DA CIDADE DE SÃO PAULO



35 CONSELHOS TUTELARES DA CIDADE DE SÃO PAULO COMPÕE A COMISSÃO PERMANENTE

Estes fatos nos motivam a uma representação no sentido de que o executivo municipal garanta pelo menos, 35 (trinta e cinco) computadores, sendo 01 (um) computador por conselho e cursos de informática, sistematização e aplicação do software do SIPIA, bem como formação técnica, para o uso desta tão importante ferramenta, aos 175 conselheiros tutelares da Cidade de São Paulo, conforme explicitados por documentos, portarias, resoluções, etc.

Cabe ainda ressaltar que após 15 anos de existência do ECA, muitos estados e municípios da federação avançaram na implementação do SIPIA onde eles tem conseguido demonstrar o consolidados o diagnóstico e as demandas reprimidas nas suas localidades e conseqüentemente indeferindo nos orçamentos municipais, estaduais e federal para as políticas públicas necessárias, Já na capital de São Paulo a maior Cidade do país e da América latina com tanta violação de direito e com uma gritante diferença social, se faz necessário um diagnóstico preciso das situações atendidas pelos conselhos tutelares.

Considerando todas estas dificuldades a coordenação da comissão permanente em nome de todos o conselhos tutelares da Cidade de São Paulo, deixa claro sua posição contraria a continuidade dos cursos filosóficos, metodológicos, enquanto executivo municipal não garanta pelo menos, 35 (trinta e cinco) computadores, sendo 01 (um) computador por conselho e cursos de informática, sistematização e aplicação do software do SIPIA, bem como formação técnica, para o uso desta tão importante ferramenta.

A Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo, representando os 175 conselheiros tutelares da Cidade de São Paulo, constatou que somente cursos filosóficos e metodológicos não são suficientes para a formação continuada dos conselheiros tutelares e que todos são favoráveis aos cursos de formação continuada, porem estamos deixando claro que a falta de computadores, cursos de informática e formação técnica e aprendizagem do software do SIPIA, são fatores que devem ser observados, fato este que motiva esta Comissão encaminhar representação junto ao Ministério Público, para garantir que a formação continuada seja aplicada de forma otimizada.

Atenciosamente
Coordenação da CPCTSP

Ilmo. Dr. Vidal Serrano
Ministério Público do Estado de São Paulo
Promotoria de Difusos e Coletivos
Rua Riachuelo, 115 – 1º and
São Paulo - SP

Com cópias para:
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPGDCT - Comissão Permanente de Garantia de Direitos e Conselhos Tutelares
Comissão Permanente Extraordinária da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal

